

## **Economia: crise cria milhões de pobres no Brasil**

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Às 9h, Marina Timóteo da Silva, 20, leva o filho mais novo nos braços e a filha mais velha pela mão, pelas vielas estreitas da Grota, em Paraisópolis, São Paulo, até a fila do almoço da ONG G10 das Favelas, em a parte baixa da favela. Ela pega duas porções para o almoço e o jantar, depois espera para ver se consegue outra para o café da manhã no dia seguinte. Ela se separou do marido há quatro meses e agora sustenta a filha de 5 anos e o filho de 1 ano com comida doada e biscoitos como cabeleireira na vizinhança. Dona Silva se vê sem saída. Ela está muito preocupada com o aluguel, que passará de R \$ 300 para R \$ 400. A Sra. Silva faz parte dos mais de 4 milhões de novos pobres que a pandemia deixou como legado no Brasil. Desde o choque da Covid-19, o país vive uma explosão de pobreza e as perspectivas não são animadoras. Essa aceleração é visível nas grandes cidades, inclusive em São Paulo, onde há um aumento de famílias inteiras morando nas ruas. A proporção de pobres – que têm renda per capita mensal de até R \$ 261 – era de 10,97% (23,1 milhões de pessoas) em 2019. Em agosto de 2020, era de 4,63% (9,8 milhões de pessoas), a melhor desde os registros oficiais teve início, a partir da adoção do auxílio emergencial integral, segundo a FGV Social, do Núcleo de Política Social da Fundação Getúlio Vargas, a partir de microdados da Pesquisa Nacional Contínua por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) e da PNAD Covid. No primeiro trimestre de 2021, excluindo o socorro emergencial, mas retornando o programa de transferência de renda Bolsa Família, a pobreza se multiplica por 3,5 e atinge 16,1% da população. São 34,3 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, 24,5 milhões a mais do que nos seis meses anteriores. Com a adoção da nova ajuda em escala reduzida e duração limitada a partir de abril deste ano, a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza chega a 12,98%, 4,6 milhões a mais do que antes da pandemia. O cenário pela frente é incerto, afirma o coordenador Social da FGV, Marcelo Neri, por conta das dúvidas em torno do Auxílio Brasil, que substituirá o Bolsa Família. “Se o valor original do Bolsa Família fosse mantido, outros 6,8 milhões estariam na pobreza, totalizando 11,4 milhões a mais do que antes do Covid-19”, disse Neri. “Mas não deve chegar a esse total, porque a nova ajuda será maior. Nós simplesmente não sabemos quanto mais alto será e quanto tempo vai durar.” Muitos beneficiários do Bolsa Família e da ajuda emergencial não sabem se serão atendidos pelo Auxílio Brasil – a discussão sobre linhas de pobreza, correção da inflação e prorrogação de pagamentos está em andamento. É o caso da dona Silva, de Paraisópolis. Antes da pandemia, a mulher, que nasceu na Bahia e mora em São Paulo há 15 anos, trabalhava servindo refeições no restaurante Cidão do Bar, próximo à favela do Alto Morumbi. Ela ganhava R \$ 900 por mês até março de 2020, quando Cido, o proprietário, teve que vender o negócio. A Sra. Silva ainda recebeu R \$ 600 por meio do socorro emergencial no ano passado. Desde então, ela se sustenta com os R \$ 150 que acabou ganhando como cabeleireira, as refeições que faz de segunda a sábado e a ajuda do ex-marido, que na semana passada deu a ela R \$ 100 para comprar frutas e fraldas. Ela mora em uma casinha na Grota, uma das áreas onde os moradores moram aglomerados em Paraisópolis, no meio de becos com lixo. No andar de baixo está um colchão de solteiro onde ela dorme com os filhos João Miguel e Ana Vitória, ao lado da pia com frutas, três louças e sabão em pó, e o banheiro. Lá em cima, o chão frio com poças que se formaram na noite anterior por causa dos vazamentos. “Com o que ganho hoje não posso comprar botijões de gás e cozinhar comida. Se eu recebesse o auxílio, poderia comprar garrafas e pegar um fogão em um ferro-velho”, diz ela. “Mas não sei se vou conseguir e tenho que ver como vou pagar o próximo aluguel. Estou vivendo de colecionar latas.” A 20 quilômetros de distância, em Heliópolis, Renata Cristine do Nascimento, 31, vive situação semelhante. “Eu nasci e cresci aqui. Eu nunca passei por isso. Já tive problemas, mas sempre tive um carrinho para puxar, reciclar, latas e papelão para pegar, vegetais para vender. Mas não agora”, diz ela. “Queremos trabalhar e não podemos. E tem muitas famílias como

a gente lá fora, em situação difícil, compartilhando leite, arroz, o que quer que tenham”. A Sra. Nascimento mora com o filho Miguel, de 5 anos, e a filha Janaína, de 12 anos, em um quarto com cozinha dentro de uma casa antiga que foi dividida em três, em um bairro conhecido como Paquistão, próximo ao Heliópolis Hospital. A casa dela é a única onde a ventilação pode entrar pela porta e janela – os outros dois vizinhos têm apenas uma porta. O aluguel do quarto que tem cama de casal onde ela dorme com o filho, cama de solteiro para a filha, TV, fogão, geladeira e banheiro com chuveiro custa R \$ 400 e está vencido há dois meses. Ela diz que tudo piorou depois que ela adquiriu o Covid-19 em janeiro deste ano. Até então, ela recebia R \$ 171 do Bolsa Família e um salário de R \$ 1.200 como funcionária de um supermercado da Mooca. Ela teve três derrames, ficou hospitalizada por 15 dias, fez fisioterapia e perdeu parcialmente a visão do olho esquerdo. Ela recebeu R \$ 1.200 em ajuda emergencial em abril de 2020, mas não sabe quanto receberá no futuro. Hoje ela recebe o Bolsa Família, mais R \$ 380 que faz bicos como auxiliar de cozinha em um bar e no Clube Juventus a cada duas semanas. Entre as despesas fixas estão aluguel (R \$ 400), internet (R \$ 50) e transporte escolar (R \$ 120). A Sra. Nascimento acaba arrumando bicos – ela faz manicure e pedicure por R \$ 25 e limpa casas por R \$ 100. “Às vezes recebo uma doação, uma cesta básica ou uso meu cartão de crédito. Uma vez, fiquei devendo três meses de aluguel e um amigo veio me ajudar”, disse ela. “Mas não consigo mais arranjar um emprego. Já fiz muitas entrevistas para trabalhar como auxiliar de cozinha e bufê, mas quando explico que preciso fazer exames todas as segundas e quintas por causa das sequelas de Covid, eles não aceitam.” Sra. Nascimento reclama que o governo esqueceu quem mora nas favelas e que, mesmo que a nova bolsa seja superior a R \$ 400, não será suficiente. “Não queremos dinheiro, queremos trabalho. Não quero que o governo me dê R \$ 400, quero trabalhar”, disse. “Quero poder passear, sair com as crianças, levá-las ao parque. Só quero ter um emprego para que, se meu filho pedir pão, eu possa pagar. Porque hoje não tenho um centavo.”

Todas as evidências parciais sugerem que houve um aumento muito significativo e triste da pobreza no Brasil, disse Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza, do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (Ipea). “O que desencadeou isso foi a pandemia, mas o problema é que todos os males que ela trouxe vieram em um momento muito ruim para o Brasil”, disse ele. “A recuperação ocorrida entre 2016 e 2019 beneficiou a metade mais rica da população, enquanto os índices de pobreza continuaram muito elevados. Foi uma década perdida porque depois da recessão, a pobreza e a desigualdade aumentaram e nunca mais caíram aos níveis anteriores.” Souza diz que a pandemia pegou o Brasil em um momento ruim, com o Bolsa Família desatualizado e sem ajustes, e uma renda mais baixa dos mais pobres do que antes da recessão. “Foi um péssimo ponto de partida. Em 2020, tínhamos o socorro emergencial, mas era temporário e expirou. Agora estamos vendo o impacto real da crise e os danos ficaram claros”. Hoje, o grande problema do Auxílio Brasil é a incerteza, disse. “Qualquer programa que consiga repassar mais dinheiro para famílias pobres é bem-vindo, porque R \$ 50 ou R \$ 100 fazem uma grande diferença”, afirma. “Mas não sabemos o formato do programa, os valores, se será permanente ou temporário, como será o reajuste das linhas de pobreza”. Dados do Ministério da Cidadania mostram que cerca de 68,26 milhões de pessoas eram elegíveis para receber ajuda emergencial em 2020, número que caiu para 56,84 milhões elegíveis para receber a extensão da ajuda emergencial, e para 39,37 milhões que receberam a ajuda em 2021. Destes, pouco mais de 10 milhões são beneficiários do Bolsa Família e devem continuar recebendo os pagamentos, agora com o nome Auxílio Brasil. Mas o destino de mais de 29 milhões de pessoas que receberam ajuda emergencial neste ano, mas não recebem o Bolsa Família, é uma incógnita. “O que vai acontecer é que essas pessoas ficarão desprotegidas”, disse o economista Marcelo Medeiros, professor da Columbia University. “Mesmo que seja assim, até incluir todos neste novo Bolsa Família leva tempo e depende do envolvimento do governo. E os incentivos que o governo tem para isso estão profundamente comovidos com as eleições”. Medeiros prevê que o aumento da desigualdade nos últimos anos deve persistir no médio prazo. “A verdade é que a pobreza no Brasil cresceu como sempre cresce depois da recessão. O que a pandemia fez foi amplificar isso, introduzindo novas causas. Mas a Covid-19 não foi a única razão”, disse ele. Segundo o economista, após a recessão de 2015-2016, não foram tomadas medidas claras para recuperar a renda dos mais pobres. “Foi exatamente quando o governo deveria ter expandido brutalmente o Bolsa Família, mas não o fez. A rede de segurança social existe para isso: para evitar que as pessoas caíam na pobreza durante uma crise”, argumenta. Monteiro afirma que de 2016 até agora foram poucos os momentos de recuperação com foco nos mais ricos. Em um país “normal”, o gasto social existe para compensar, reduzir e mitigar problemas sociais decorrentes de crises econômicas, como a que o Brasil vive desde o final de 2014, disse Celia Kerstenetzky, do Instituto de Economia da Universidade Federal do

Rio de Janeiro (UFRJ). “A crise da saúde agravou esse quadro, afetando o emprego e a renda. Mas também mostrou o potencial da política social para compensar problemas numa situação crítica, como aconteceu com a ajuda de emergência, e demonstrou o que muitos já diziam: que a política social tem impactos positivos na economia e no desenvolvimento. Na ausência dessa transferência de renda, a queda do PIB em 2020 teria sido muito maior do que foi”, afirmou. A experiência internacional, diz ela, mostra que a política social funciona bem quando institucionalizada na forma de programas e políticas regulares e sistemáticas, funcionando como “estabilizadores automáticos” que respondem imediatamente às necessidades sociais. Mas, no caso do Brasil, disse ela, reagimos às crises desinstitucionalizando as respostas públicas anteriores, subtraindo a capacidade de resposta aos problemas. “O símbolo mais perverso disso é o extermínio do Bolsa Família e sua substituição por algo que ninguém sabe o que é, mas que tem uma data para acabar e um objetivo político e eleitoral a cumprir”, afirmou. Medeiros argumenta que o Brasil está mais uma vez no ambiente de pós-recessão que marcou o governo Temer. “Precisamos fazer a economia se recuperar e não há uma medida clara para fomentar a recuperação econômica entre os mais pobres”, alertou. Se o PIB cresce em torno de 4,8% neste ano, como apontam as projeções, não significa um crescimento dessa magnitude para todos. “Quando falamos que a economia vai crescer, estamos falando dos 5% mais ricos, que ficam com metade de tudo”, disse. A ideia de recuperação econômica foi abortada, com previsões cada vez piores e um cenário de estagflação, que já é uma realidade para os pobres, afirma Neri. “A taxa de desemprego e a inflação são maiores para a metade mais pobre da população. E os dois vão subir antes de cair”, diz ele. “O cenário é preocupante e se soma ao ciclo eleitoral que se aproxima, que tende a jogar mais lenha em todas essas incertezas.” >

